

DOCUMENTAÇÃO AFRICANISTA: LINGUAGEM E IDEOLOGIA

Isabel Maria Ribeiro Ferio Cunha
Escola de Comunicações e Artes
Universidade de São Paulo
05508 São Paulo, SP

Desde a antiguidade, a África Negra tem sido objeto de estudos e trabalhos no campo das Ciências Humanas. As primeiras informações são encontradas em autores, tais como Heródoto e Estrabão, e em referências de viajantes árabes ou europeus. Depois um salto no tempo... e a África Negra, civilização de tradição oral, passa a ser conhecida, enquanto cultura e história, através dos relatórios dos administradores das colônias, dos antropólogos e sociólogos europeus a serviço das metrópoles.

Esta enorme massa de informação africanista encontra-se reunida em grandes instituições européias desde os finais do Século XVIII início do Século XIX, séculos que marcam a expansão colonial realizada de forma sistemática.

É desta época a fundação de instituições como o Royal Geographical Society of London (1830), a Société Royal Belge d'Études Géographiques (1876), a Société de Géographie, na França (1829), a Sociedade de Geografia de Lisboa (1875). Posteriormente, surge outro tipo de instituições voltadas simultaneamente para o treinamento de especialistas em administração colonial e para o estudo das sociedades tradicionais africanas (necessário para a "colonização científica"). Estão neste caso o Centro d'Analyse et de Recherche Documentaire pour l'Afrique Noire (Paris), o Musée Royal de l'Afrique Central (Tervuren-Bélgica), a Junta de Investigações Coloniais (depois do Ultramar, em Lisboa), a School of Oriental and African Studies, em Londres, e, ainda, na África, mas sob controle europeu, quer direto, quer cultural, instituições como o Institut Français d'Afrique Noire.

Estas instituições reúnem não só a maior massa de informações, mas, também, o maior corpo de especialistas, sendo financiadas pelos seus

RESUMO

Elabora-se um histórico da produção e editoração da documentação africanista, localizando-se geograficamente os principais acervos. Analisam-se as questões relativas à linguagem e ideologia e as suas implicações na transferência da informação. Coloca-se em discussão a ideologia e a eficácia dos tradicionais instrumentos documentários no tratamento deste tipo de documentação. Enfoca-se especificamente a documentação africanista em língua portuguesa e a sua problemática, apresentando-se algumas propostas para controle de vocabulário.

respectivos governos. Os seus trabalhos resultam num produto-informação, transferido através de bibliografias, boletins analíticos, resumos de teses e trabalhos, além de revistas rapidamente publicadas em forma de livro por grandes casas editoras como a Payot e a PUF, na França, a Mansell de Londres e a Zel de Oxford, e, ainda, a Mass G. K. Hall de Boston.

Das independências, até hoje, deram-se algumas alterações no quadro de transferência da informação africanista. Por um lado, os países africanos tentam a todo o custo controlar e possuir cópias das fontes documentais que lhes pertencem, e para isto é de fundamental importância o trabalho que está sendo realizado pela UNESCO de levantamento das fontes para a História da África. Por outro lado, africanos possuidores do instrumental cultural ocidental têm tentado, não sem dificuldades, encarar as Ciências Humanas na África de uma forma africana (com toda a ambigüidade do que é "africano"), sem, contudo, renegarem os instrumentais adquiridos. Estão, neste caso, pensadores como Cheikh Anta Diop, Mudimbé e Houtondji, entre outros.

Tentativa de alterar o quadro do poder na transferência da informação africana, são também, a revista *Présence Africaine*, preferencialmente para o espaço de Língua Oficial Francesa, a East African Publishing House, de Nairobi, para o espaço de Língua Oficial Inglesa, e ainda os Institutos Nacionais, do Livro e do Disco e Associações de Escritores nos países de Língua Oficial Portuguesa.

No entanto, um grave problema subsiste, uma questão que se pode enunciar simplesmente como: linguagem e ideologia na transferência da informação africana. Questão que se faz sentir, principalmente, no produto-informação gerado nas instituições ocidentais,

possuidoras de documentação relativa à África Negra. Produto-informação que reflete não só a linguagem/ideologia de quem escreve sobre a África Negra (os africanistas), mas também, a visão sobre esse continente que existe nos instrumentos de trabalho e material de codificação utilizados em biblioteconomia, disciplina que embasa, quer queira, quer não, essa transferência da informação.

Tomemos como exemplo a linguagem/ideologia na documentação antropológica. O levantamento dar-nos-á uma série de palavras, muitas vezes aparecendo como binómios de significações opostas, cronologicamente identificáveis - como vocabulário básico - em função da história colonial europeia.

Exemplifiquemos. A "descoberta" de "novos mundos", pelos europeus, levantou logo à partida a questão de como conciliar as Escrituras com o conhecimento de povos tão diversos e estranhos. O mito do "bom selvagem" surge, então, como tentativa de conciliação na medida em que se procura neste mito o antepassado do homem "civilizado", transferindo os fracassos da civilização europeia para a "exaltação das virtudes" dos povos ditos "primitivos", não corrompidos pelos vícios da "Civilização". É através destes povos que a sociedade ocidental se questiona, o "homem selvagem" é objeto de estudo, o "homem civilizado" o único e exclusivo sujeito que o estuda. O europeicentrismo está constantemente presente, e não é senão através da sua própria cultura que o europeu se apercebe da realidade do "mundo selvagem", que em si mesmo continua estranho e inacessível. Os "povos primitivos" são os antepassados dos "civilizados" e a leitura desses povos reflete, narcisisticamente, a imagem que o próprio ocidental quer ter de si próprio, ora como "estádio ultrapassado", ora "paraíso perdido", mas de *Qualquer* forma recuperável na "civilização avançada" que atingiu.

Enquanto a linguagem do Século das Luzes se organiza nos binómios "selvagem/civilizado", "primitivo/ocidental", a ideologia centra-se em dois pólos: a crítica ao sistema escravagista e o elogio da revolta dos escravos. Estes dois pólos não se inserem num quadro puro e simples de humanitismo (Revolução Francesa), ou de interesses económicos expostos nos princípios dos filósofos e dos fisiocratas (expansão mercantilista), mas na concepção, em sentido lato, do que é a civilização do Ocidente. Isto é, usando da justificativa de civilizar, portanto ocidentalizar, alterar-se a concessão de trabalho ecologicamente definido das sociedades africanas de forma a integrá-las no mercado europeu, o que significa, na prática, a exploração e ocupação de suas terras em benefício das fábricas e dos consumidores europeus. Citando Leclerc', "Partindo da equação civilização, igual a trabalho, entendida no sentido restrito (ou moderno) de produção negociável,

diferenciada com a finalidade do grupo individual, a antropologia evolucionista do fim do Século XIX identificará a civilização com o Ocidente industrial e estabelecerá uma tipologia das sociedades em função do seu nível tecnológico".

Assim, tem-se uma ideologia vinculada à evolução no sentido tecnológico. Esta evolução expressa-se em "atraso", "estádios culturais", "primários", utilizando-se como método o comparativismo, hierarquizando as diferentes culturas em relação umas às outras em "evoluídas/não evoluídas" e tendo como parâmetro a civilização europeia. Dentro desta perspectiva, o "assimilacionismo" seria o fim último, já que a adoção e incorporação dos valores da "Cultura/Civilização" dar-se-iam devido à sua "excelência" e "superioridade", sendo o caminho natural de todos os povos para chegar ao "homem civilizado".

Mas tal não aconteceu, "O primitivo não quis civilizar-se", e, por outro lado, a Primeira Guerra Mundial veio desmitificar, um pouco, o "super-homem" racional ocidental criado por Hegel, e a crença na "evolução - sentido único" da humanidade.

A política colonial inglesa reconheceu o fato e mostrou-se pragmática dando origem a uma nova corrente antropológica - o funcionalismo ligada à "*indirect rule*". Aqui, inauguram-se os estudos da "minha tribo" tala-se dos "particularismos" e se contrapõe o "estatismo" africano à "dinâmica" europeia. Perde-se a noção de conjunto para os estudos locais com predominância dos "usos e costumes", mas onde se pretende compreender as sequências de crescimento e as leis gerais que regem cada sociedade. A nível ideológico, pretende-se uma africanização da colonização ocidental e cristã - a *construção* de um sistema de colonização mais apropriado, portanto, mais rentável.

No reformismo do sistema escravagista e na abolição da escravatura, surge uma nova linguagem, utilizando as expressões "revolta do escravo", "martírio", a "beleza da luta pela *liberdade*" e, *implicitamente*, uma nova ideologia que as traduz na "missão do fardo do homem branco" de "civilizar" e "colonizar". Isto é, ao homem branco cabe a "missão" de trazer ao convívio da "civilização" os povos dela distanciados. Para tal utiliza duas armas, a religião e a conquista. Pela primeira acultura, assimila, "civiliza", pela segunda, subjuga, domina, "coloniza".

Os viajantes do Século XIX, à época das travessias continentais, utilizam ainda uma linguagem humanitarista. Eles querem "aliviar" os povos de sua "miséria", para isso proclamam a necessidade da "civilização" e "evangelização". Livingstone, *Brazza*, Stanley, Capelo e Ivens, falam do dever moral dos

Europeus de moralizar as sociedades africanas, de trazê-las para o "seio da civilização". O interesse econômico, não é claramente expresso, se bem que as riquezas naturais sejam constantemente referidas em seus escritos. Com a ocupação efetiva dos territórios após a Conferência de Berlim, surge a antropologia como ciência estruturada, visceralmente ligada aos interesses da colonização, uma nova ciência entendida como um método não histórico de estudar e avaliar as culturas e as sociedades dos "povos primitivos", os que não possuem "uma história digna de ser estudada", aqueles que eram inferiores aos europeus e que podiam ser diferenciados destes pela pigmentação da pele.

A revolução industrial e a subsequente necessidade de matérias-primas e novos mercados trazem uma alteração na concepção da função do trabalho considerado, agora, como gerador de riquezas excedentárias e transformando o "bom selvagem" em "primitivo" e suas "virtudes naturais" em "preguiça". O que em termos práticos significa a auto justificação a fim de a tornar mais duradoura e eficaz - mantendo-a controlada pelo governo da colônia.

Após as independências, a antropologia, demasiada desgastada pela ação colonial, é substituída pela sociologia o que não corresponde necessariamente a uma alteração de nível ideológico. Citando Schwarz², *"En remplaçant une discipline par une autre, on ne remplace pas forcément les fondements théoriques que déterminent la parenté entre ces disciplines. La sociologie et l'anthropologie avaient toujours en commun une même descendance de l'épistémologie positiviste, un même passé évolutionniste, une même orientation fonctionnaliste et empiriciste"*.

Surgem, então, novos mitos veiculados no Ocidente e transmitidos para África, agora de uma forma mais sutil e mais "perigosa", já que não há armas de fogo para as impor, mas sim uma endocolonização consentida, desejada, e poucas vezes denunciada. É a imagem/mito do "desenvolvimento/progresso" que transporta para dentro de cada país a lógica imposta pelo sistema mundial de "Centro/Periferia", "Civilizado/Selvagem", "Ocidentais, Ocidentalizados/Primitivos, Selvagens". A dicotomia já não é somente imposição exógena, mas endógena, ela é uma linguagem ideologicamente assumida, mais ou menos conscientemente, pelas elites governantes ocidentalizadas e por seus intelectuais que se debatem entre "modelos a adotar"; "mudanças" (tudo é mudança, política, econômica, cultural, social, religiosa); "sincretismo" e a reivindicação de uma realidade abstrata - África - em construção.

Com estes exemplos de linguagem/ideologia na documentação antropológica relativa à África Negra,

pretendeu-se, apenas, ilustrar a existência não só de uma linguagem própria e preconceituosa, como também de uma ideologia subjacente, que se reflete por sua vez na transferência do produto-informação e nos códigos e material de biblioteconomia utilizados no tratamento da documentação.

Todas estas questões refletem-se tanto no instrumental biblioteconômico, na medida em que sendo códigos, tabelas, tesouros, isto é, linguagens estruturadas de tratamento da documentação, fixam o uso de determinados conceitos retirados por sua vez dessa documentação, como no próprio produto-informação na medida em que transfere para o usuário/ leitor essa mesma linguagem/ideologia.

Para comprovar este círculo vicioso da linguagem/ideologia na transferência da informação, basta analisar os catálogos e índices de grandes instituições como o Musée Royal de l'Afrique Centrale (Tervuren-Bélgica) e o Centre d'Études Africaines (CEA-CARDAN, Paris). Notar-se-á que o produto-informação transferido padece, às vezes de forma mais evidente do que outras, da influência dessa linguagem/ideologia contida tanto na documentação como nos instrumentos de trabalho biblioteconômico. E não é raro encontrar-se termos como "usos e costumes", "arte primitiva" ou, ainda no caso da antropologia, listagens de assuntos bem localizados historicamente como: antropologia estrutural; antropologia funcionalista; antropologia econômica; antropologia jurídica; antropologia física; antropologia política; antropologia pré-histórica; antropologia psicológica; antropologia social, etc.

Várias hipóteses de trabalho têm sido levantadas para resolver esta questão. Primeiramente existe praticamente um consenso a nível das instituições européias (e falo daquelas que me foi dado observar na Bélgica, França, Itália e Portugal) e das instituições africanas de Língua Oficial Francesa (de que possuímos cópias de inquéritos) de que para o tratamento da documentação africanista é necessária uma linguagem própria estruturada, isto é, vocabulários controlados, tesouros. Por outro lado, existe também um consenso de que as Classificações como a Classificação Decimal de Dewey (CDD), Classificação Decimal Universal (CDU) ou mesmo a da Biblioteca do Congresso apenas poderão servir como auxiliares na colocação do livro na estante ou como pista de assunto geral. Isto porque, qualquer destas tabelas relegam a África Negra e assuntos afins para o grupo "outras..." isto é a África Negra não existe nesses instrumentos de trabalho biblioteconômico enquanto história, geografia, língua, cultura, economias específicas, etc. Sem ser tão drástica no "esquecimento" da África como a CDD ou a CDU, a Classificação da Biblioteca do Congresso está por

demais atrelada à política e aos interesses dos Estados Unidos e disso é exemplo, para quem quiser observar, o tratamento dado a itens como Angola, onde aparece enquanto colônia portuguesa e enquanto "satélite" da URSS (*sic.*) ou a temas como cultura afro-brasileira que aparece como influências africanas no Brasil: Brazil - Civilization; African influence (*sic.*).

Posto isto, existe uma tendência para a formação de tesouros africanistas elaborados por equipes compostas de bibliotecários/documentalistas e especialistas de África nas diferentes áreas (antropólogos, sociólogos, linguístas, economistas, etc..

Exemplo desta tendência é o tesouro, realizado em 1976 pelo Centre d'Études Africaines (CEA/CARDAN, Paris), intitulado *Thesaurus d'Études Africaines*. Contudo, este tesouro ainda levanta alguns problemas na sua estruturação e aplicação, não só no tratamento da documentação da África de Língua Francesa (seu objetivo), mas sobretudo se se quiser aplicar à documentação da África de Língua Portuguesa, que seria para nós, no Brasil, o mais interessante.

Os problemas de estruturação são de forma geral os seguintes: o baixo grau de formalização da linguagem na qual se exprimem as Ciências Humanas, o que levanta logo à partida problemas de ordem semântica; terem sido considerados obras de referências gerais e não estudos especializados sobre diferentes domínios como nomenclatura étnica, política, jurídica, econômica, etc., apesar de serem citadas fontes para a sua cultura; realizar-se a coleta dos termos sobre títulos das teses, livros, artigos de periódicos de um tempo determinado, o que restringe o vocabulário e reflete os interesses de um certo período de pesquisa; palavras vernáculas que aparecem no meio do texto quase não figuram como descritores, enquanto que designações de unidades históricas, reinos e outras formas de estado aparecem como descritores apesar de não figurarem nos títulos, portanto um desnível de análise.

Quanto aos problemas levantados por ser um tesouro para a documentação da África de Língua Oficial Francesa, são fundamentalmente dois: utilização quer de termos africanos em línguas vernáculas, quer incorporadas à língua francesa; coloração europeia do vocabulário estabelecido baseado num conjunto lexical que pertence a uma civilização exterior aquela que é descrita.

Observadas estas tendências, temos, então, que para o tratamento da documentação africana do espaço de Língua Oficial Portuguesa, quer se esteja no Brasil, em Portugal ou nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, torna-se necessário a construção de uma

linguagem estruturada - vocabulários controlados, índices ou tesouros - que leve em conta a coloração ideológica da linguagem de produção dessa documentação, assim como os particularismos regionais e nacionais adquiridos pela língua portuguesa.

Para isto, toma-se de primordial importância, num primeiro momento, a articulação das instituições que reúnem e produzem documentação sobre a África e para a África, no sentido de formarem equipes de bibliotecários/documentalistas e especialistas que estudem e elaborem propostas para a formação de uma linguagem estruturada comum. Tendo em conta questões básicas como: os princípios gerais de construção de uma linguagem estruturada; os estudos lingüísticos de palavras e conceitos; as áreas culturais e os espaços geográficos: os termos/conceitos e a sua utilização histórica; a uniformização da terminologia especializada.

Somente com uma linguagem estruturada e esta amplitude, reunindo o consenso de todos os países que falam português, poder-se-a chegar à obtenção de um instrumento capaz de transferir um produto-informação desvinculado da ideologia/linguagem desta documentação e apto a responder às necessidades de comunicação/informação sobre África dentro do espaço de Língua Portuguesa.

Artigo recebido em 25 de novembro de 1986

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 LECLERC, Gerard. *Crítica da antropologia* ensaio acerca da história do africanismo. Lisboa, Estampa, 1973.
- 2 SCHWARZ, Alf. *Colonialiste, africanistes et Africanis*. Laval, Nouvelle Optique, 1979. p.56-7.
- 3 CUNHA, Isabel Maria R. Ferin. *"Descolonizar" uma linguagem: a documentação africanista*. São Paulo, 1983. Dissertação de Mestrado apresentada à Escola de Comunicações e Artes-USP,

African documentation: language and ideology ABSTRACT

A historical sketch of African documentation production and publishing is made. The location of the principal holdings is indicated. Questions related to language and ideology are analysed and its implications to information transfer. The ideology and effectiveness of traditional bibliographical tools in the treatment of this kind of documentation are discussed. African documentation in Portuguese language and its problems are considered. Some proposals to vocabulary control are presented.

COMUNICAÇÃO IMPRESSA, BIBLIOTECA, CONTEXTO SOCIAL

Katia de Carvalho
Escola de Comunicação
Universidade Federal do Rio de Janeiro
22290 Rio de Janeiro, RJ

A história das bibliotecas e a conseqüente evolução da informação equivale à própria evolução do conhecimento humano através dos tempos. Ao fazer um retrospecto, o Século XVIII representa um marco na história do conhecimento humano, considerando a proposição de Diderot através de sua obra, de um saber para o homem comum e um poder decorrente do saber legitimado pelo povo. Concretiza-se a chamada Enciclopédia da Modernidade cuja possibilidade de ser atualizada parece inovadora e cujo objetivo seria o de captar o máximo do conhecimento vigente para abri-lo ao leitor. Ao final do Século XIX e primórdios do Século XX, a chamada Revolução Industrial provoca o crescimento das sociedades, passando a utilizar a energia e a tecnologia da máquina de fabricação de mercadorias - sociedade manufatureira por excelência.

Segundo Daniel Bell¹, a sociedade industrial baseia-se em dois conceitos no que tange ao desenvolvimento dos componentes centrais e estruturais; a dimensão do conhecimento e a tecnologia. Delineiam-se os verdadeiros conceitos de conhecimento e informação na seqüência de estudos nesta área.

Para os teóricos da informação, o crescimento do conhecimento passa a representar o cerne da questão, tendo em vista o volume de problemas criados para o armazenamento e para a recuperação da informação. Pesquisas foram realizadas para mensurar este crescimento e fazer uma prospecção que possibilitasse estabelecer possíveis limites do crescimento do conhecimento humano como o fizeram Freemont Rider e Derek Solla Price, que partiram das coleções de periódicos para medir o conhecimento impresso.

Assim, neste quadro denominado por Bradford o "caos documentário", a informação passa a ser alvo de estudos no que concerne aos aspectos de geração, disseminação e consumo de modo mais intenso.

RESUMO

Aborda a comunicação impressa e sua relação com a biblioteca, bem como as barreiras que influenciam a transmissão da informação, analisando a biblioteca como instrumento de mudança social, enfatizando o papel do agente da informação e a relevância do receptor em um sistema de informação.

Entretanto, convém não esquecer que a informação gerada a partir do conhecimento tem por base um contexto social. Assim sendo, Kluckhohn admite que cultura é toda "transmissão do conhecimento social".

Para Cherry², a comunicação é um processo social que depende de um emissor e de um receptor, processo que deve ser mutuamente aceito. Assim, no processo de comunicação, convém dirigir especial atenção para o receptor. Por esta razão, o tema abordado neste trabalho é relativo à biblioteca em relação ao contexto social, cuja maior ênfase é referente à comunicação impressa. A leitura representa um instrumento de grande poder no que tange à mudança social e favorece o crescimento da sociedade. Assim, a biblioteca tem um papel representativo no processo de democratização da leitura.

Vale ressaltar que o conceito de biblioteca tem evoluído em função das mudanças sociais e, neste contexto, ela representa um instrumento de mudança social dos mais reais, onde o nível de interferência nos processos de produção cultural é bem menor que na escola. Observa-se o aparecimento do leitor, o surgimento da sociedade burguesa, a ascensão do capitalismo, o desenvolvimento da sociedade de consumo, cuja literatura é vasta, sobretudo os trabalhos realizados pelos filósofos da chamada Escola de Frankfurt.

Na sociedade contemporânea, altera-se a velocidade do desenvolvimento da ciência e da tecnologia de modo decisivo, extrapolando a concepção dos enciclopedistas em relação à evolução do conhecimento humano. A respeito da velocidade, coube a Henry Adams o pioneirismo em captar a aceleração do ritmo das mudanças que governam a nossa existência. Por conseguinte, a comunicação da informação contida nas fontes impressas intensifica-se. Além dos livros, surgem, ainda, periódicos, boletins, informes, entre outros.

Contudo, o consumo da informação impressa é privilégio de uma elite, considerando a relação entre saber/poder. A interação entre a geração e consumo da informação produzida de um conhecimento conduz a esta relação. Registra-se ao longo da história que os grupos dominantes sempre foram os verdadeiros detentores do poder. Na sociedade atual, os grupos dominantes invariavelmente detêm nível mais elevado de informação.

O crescimento e a mudança social, através da leitura, é incipiente em países em desenvolvimento, o que é contraditório, mas o que vale relevar é que tanto a leitura quanto a escrita podem ser manipuladas pelo poder, portanto a democratização do livro é objeto a ser atingido.

A dimensão tecnológica é fator preponderante no delineamento do tempo social, modificando as relações sociais e o modo de considerar o mundo. Algumas mudanças são determinantes de um novo contexto, assim, são relevantes a elevação do padrão de vida, a revolução dos meios de transportes e de comunicações, a percepção estética, a alteração da noção de tempo e espaço. Considerando o ponto ao qual se deseja chegar, convém rever o conceito de Bell' para compreender os componentes da sociedade que são: a estrutura social (economia, tecnologia e sistema ocupacional), política (que rege a distribuição do poder, resolvendo os conflitos que decorrem das reivindicações dos indivíduos e dos grupos), cultura (que consiste no domínio do simbolismo expressivo e dos significados).

As mudanças que se operam na estrutura social geram problemas de ordem política e cultural, ou seja, na sociedade como um todo. O aparecimento do computador introduz um elemento novo, acelerador de mudanças. Questiona-se qual o grau de interferência da nova tecnologia na estrutura social. Não seria possível imaginar os múltiplos canais de transferência da informação sem o apoio da informação automatizada. A biblioteca como elemento irradiador da informação representa um papel preponderante na comunicação da informação com base no conhecimento armazenado e passa a encarar o computador como uma realidade. Contudo, a nova tecnologia do computador é temida e controlada pela elite no poder. Assim, a relação entre a nova tecnologia e a desejada democratização da informação é permeada por uma grande preocupação no que tange aos desdobramentos que podem ocorrer, tais como, o favorecimento das elites, manipulação das camadas menos favorecidas em lugar de considerar esta tecnologia promotora da democracia e da livre expressão, levando as sociedades cada vez mais a participarem nas tomadas de decisões. Nos países subdesenvolvidos, a posição política a ser adotada

deve ser de extremo equilíbrio, permitindo o debate amplo e democrático.

Em geral, nos países onde não existe uma tradição bibliográfica delineada e no Brasil em particular, a biblioteca de caráter público e a infantil têm como função a democratização da informação, entretanto, não cumpre esta função, concretamente. O problema é complexo a partir da ótica de que a elite no poder não considera a biblioteca como peça fundamental no desenvolvimento cultural de uma nação como complemento da escola. Sua função é elitizada, cujos reflexos atingem notadamente a formação de pessoal, além de outros serviços prestados.

É necessário considerar que a geração da informação se baseia na interação de muitas influências de ordem cultural. Menou' afirma que "cultura e informação não podem ser separadas, dados são coletados, organizados e recuperados como consequência de necessidade da cultura". Na transmissão da informação não há somente o gerador de informação e o mecanismo transmissor, mas um receptor. Assim, a consciência receptora é importante no processo de comunicação da informação. A informação é gerada. Pode ocorrer que uma informação seja comunicada; outra não seja comunicada; outra que seja comunicada, mas com distorção. Goldmann' afirma que três aspectos devem ser considerados, o informacional, o psicológico e o sociológico.

Informacional - A informação não é comunicada por razões de ausência de conteúdo de informação anterior. Esta falta de informação resulta na dificuldade de compreensão do conteúdo informacional, integralmente.

Psicológico - Tais razões são explicitadas pelos bloqueios do próprio indivíduo. Freud entende que em cada indivíduo registra-se uma série de elementos estruturais, de desejos e repugnâncias resultantes do seu projeto existencial que faz com que o seu consciente seja impermeável a certas informações e distorça outras. É necessário que para uma informação ser comunicada ocorra uma transformação da consciência em um plano essencialmente psicológico.

Sociológico - Neste aspecto, os bloqueios são de nível sociológico. Um grupo social, com estrutura de consciência real, resultante da sua experiência de vida, pode resistir à assimilação de determinado tipo de informação.

Para maior conhecimento do receptor enquanto consumidor da informação, exige-se um conhecimento interdisciplinar, buscando os conhecimentos na sociologia, psicologia, cibernética que permitam um aprimoramento da questão - informação e sociedade.

Convém ressaltar que é o usuário a fonte receptora do sistema da informação e todo esforço deve ser a ele direcionado. A biblioteca deve utilizar o processamento técnico como um meio para atingir o objetivo maior - o receptor.

A biblioteca representa um dos elementos primordiais na organização destes sistemas. Para que o fluxo da informação impressa se desenvolva, as tendências atuais consideram que a informação comunicada através de sistemas, cada vez mais especializados por áreas afins, são aconselháveis. Wiener⁷ define sistema como "uma complexidade organizada", enquanto Daniel Bell⁸ considera como "um conjunto de relacionamentos recíprocos, nos quais uma variação no caráter de um dos elementos determinaria as conseqüências de todos os outros no sistema". No Brasil, alguns sistemas de informação se estruturam e já funcionam de modo desejável, sobretudo na área especializada. Vale ressaltar a fragilidade das bibliotecas de caráter popular e do trabalho mais efetivo relativo às bibliotecas públicas, infantis, escolares. O que se observa são experiências esparsas, mas da maior importância, tentativas que se debatem e se esbarram na ausência de uma política nacional de bibliotecas.

Neste aspecto, o que apoia esta organização em sistemas é a característica de que a informação deve ser relativa, deve ter o indicativo da sociedade. De acordo com Saracevic⁹, o termo "*appropriate information*" surge com o sentido de informação para atender a uma demanda. Assim, a informação deve ser gerada se há estímulo de um potencial de usuários, individual ou coletivo. Usando uma tradução mais fiel para o termo, o sentido é de informação adequada à demanda ou, ainda, de informação contextualizada. Com a configuração do sistema de informação, o computador surge como suporte do maior relevo. Entretanto, é preciso estar atento para que o desenvolvimento tecnológico tenha equivalência no âmbito cultural. A introdução de novas tecnologias da informação, sobretudo nos países em via de desenvolvimento, pode, ao contrário do que se pretende, transformar-se em barreira se não for bem estruturada. Entre as barreiras culturais que podem interferir na transmissão da informação, relacionam-se as de ordem: *interpessoais*, relativas às necessidades em relação aos subsistemas de pesquisa, ao nível de necessidade de informação e ao nível de acessibilidade à informação; *interorganizacionais*, relativas aos aspectos, formal e informal de serviços, a codificação da informação, às distâncias geográficas. Outras barreiras são bem significativas. Em países em vias de desenvolvimento e subdesenvolvidos, o analfabetismo constitui um obstáculo de grande relevância. Entre outras barreiras, emerge, com grande vigor, a concernente à própria linguagem, barreira

significativa na transferência internacional da informação.

As barreiras aumentam quanto maior for a distância entre as fontes geradoras e receptoras da informação. Cabe sobretudo à biblioteca a responsabilidade de disseminar a informação impressa e de criar as condições para minimizar esses dois pólos. Convém esclarecer que o nosso interesse é discutir o papel da biblioteca pública como também da biblioteca infantil e juvenil, uma vez que a biblioteca especializada já possui seus objetivos definidos, bem como o seu usuário. Ela representa um poderoso instrumento de mudança social, mas não sabe como utilizar este potencial em função da sua lentidão. Em se tratando de biblioteca pública, de caráter popular, deve assumir a sua verdadeira função, investir na democratização da informação, o que não vem ocorrendo.

No Brasil, a camada menor favorecida da população não usa a biblioteca pública, por conseguinte, possivelmente ela serve a uma elite, considerando que grande parte da população é formada de analfabetos. Por outro lado, a ausência de um sistema de bibliotecas escolares desvirtua a função da biblioteca pública, que passa a atender a um público escolar por força das circunstâncias. A biblioteca pública tem uma função social, comunitária e, por conseguinte, deve atuar como um sistema de informação e inteligência para a comunidade, cabendo à biblioteca escolar atuar como um sistema de informação educacional. É imprescindível, entretanto, a cooperação entre os dois sistemas, de biblioteca pública e escolar.

É surpreendente que, em um País em desenvolvimento com uma população na grande maioria representada por jovens, não se estruture uma Política Nacional da Informação, visando um Sistema de Bibliotecas Públicas e de Bibliotecas Escolares que possibilite a estes jovens exercitarem o hábito de ler. Assim como o rádio, a televisão e o jornal, o livro representa um dos importantes veículos de comunicação de massa, constituindo-se em suporte essencial para as bibliotecas. A seleção destes acervos reflete o interesse das classes dominantes, da elite no poder. Por outro lado, quem é este receptor? Qual o seu perfil? A biblioteca é um espaço aberto, não há critérios seletivos quanto ao atendimento; cabe à biblioteca difundir a informação. Recai sobre o agente da informação estabelecer perfeita ligação entre o acervo passivo e o usuário; este agente é o mediador entre a sociedade e um universo complexo de livros.

A informação deve ser transmitida em função do usuário, para que seja transmitida, integralmente. Deste modo, o agente de informação no caso específico é o bibliotecário, a ele cabe a responsabilidade da transmissão da informação

contextualizada. Desta maneira, a sua formação deve ser orientada para a captação de conhecimento relativo à informação e à sociedade. Na prática, registra-se uma completa distorção na formação deste agente, que tem como objetivo o aprimoramento das técnicas biblioteconômicas, ou seja, do processamento técnico da informação em detrimento do real objetivo que é o de atender a demanda de informação. Do ponto de vista do profissional da informação, o seu objetivo é o de oferecer um serviço impecável - como serviço biblioteconômico. Do ponto de vista do usuário, mantém-se em elevado grau de insatisfação à sua necessidade de busca de informação. Deste modo, o quadro se apresenta como eficaz para o agente da informação e ineficaz para o receptor da informação. Concretamente, o usuário e o agente de informação devem estar em sintonia. A configuração em forma sistêmica é desejável na otimização dos objetivos.

Através de sistemas de informação, é possível estudar o contexto social uma vez que a informação gerada deve ser em nível relacional, ou seja, ter o indicativo da sociedade. Constrói-se a partir daí, um verdadeiro sistema de informação cujo *feedback* se reverte em favor da própria comunidade.

Deve-se estar atento para o fato de que a biblioteca é um organismo social e, por conseguinte, deve estar inserida no contexto, voltada para a problemática da comunidade que a cerca.

A biblioteca deve estar a serviço da democratização da informação, descer do seu pedestal, da "torre de marfim" onde insiste em permanecer, para então assumir a sua função de comunicadora da informação de caráter erudito, mas também popular. Nesta direção, é que devem atuar os profissionais da informação, atentos ao contexto social que envolve a biblioteca.

Artigo recebido em 2 de dezembro de 1986

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 BELL, Daniel. *O advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo. Cultrix, 1977. 540p.
- 2 CHERRY, C. *World Communication: threat or promise*. 2.ed. Chichester, Wiley, 1977. p.2.

- 3 MENOUE, Michel J. Cultural barriers to the international transfer of information. *Information Processing & Management*. London, 19(3): 121-29, -1983.
- 4 GOLDMANN, Lucien. Importância del concepto de conciencia posible para la comunicación. In: *El concepto de la información en la ciencia contemporánea*. Mexico, Siglo XXI Editores, 1966. 31-41. (Coloquios de Royaumont).
- 5 WIENER, Norbert. El hombre y la máquina. In: *El concepto de la información en la ciencia contemporánea*. Mexico, Siglo XXI Editores, 1966. p. 71-16. (Coloquios de Royaumont).
- 6 SAHACEVIC, T. Perception of the needs for scientific and technical information in less developed countries *Journal of Documentation*, 36(3): 214-67, 1980.
- 7 DAVIES, Jum. Linguistics and political barriers in the international transfer of information in science and technology: a reinterpretation. *Journal of Information Science*, North Holland, 6(5): 179-81, 1983.
- 8 FREITAG, Barbara. *Sociedade e Consciência: um estudo piagetiano na favela e na escola*. São Paulo, Cortez & Autores Associados, 1984. 239p.
- 9 GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1982. 244p. (Perspectivas do Homem, 48).
- 10 SKOV, Annette. *Non-use of Public Libraries*. Curitiba, 10º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, Curitiba, 22-27 jul. 1979. 10p. (Conferência).
- 11 SOMMERLAD, E. Lloyd. *Sistemas nacionais de comunicação: questions de politiques et option*. Paris, UNESCO, 1975. 38p.
- 12 WILKIN, Anne. Personal roles and barriers in information transfer. *Aslib Proceedings*, s. n.t.

Printed communication, libraries, social context

ABSTRACT

Printed communication and its relation to the library is discussed. The barriers that hinder information transmission are considered from the point of view of the library as an instrument of social change and the role of the information agent and the receptor relevance in an information system.